



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2012

E D I T A L

(Processo nº 008.232/12-1)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal n.º 03, de 2012, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.º 5.450/2005, bem como da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, dos Atos da Comissão Diretora n.ºs 24/1998 e 10/2010 e, tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.232/12-1, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à **contratação de empresa especializada para a prestação de seguro, pelo prazo de 12 (doze) meses consecutivos, com cobertura abrangente e assistência 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade “Valor de Mercado Referenciado”, para 04 (quatro) veículos que compõem a frota do Senado.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 26/07/2012

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:30 hs.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no site **www.comprasnet.gov.br**.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1 - O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de seguro, pelo prazo de 12 (doze) meses consecutivos, com cobertura abrangente e assistência 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade “Valor de Mercado Referenciado”, para 04 (quatro) veículos que compõem a frota do Senado, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do site www.comprasnet.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 - Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 - Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, consórcios de empresas ou empresas que, por qualquer motivo, estejam punidas com a suspensão do direito de licitar ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, bem como as pessoas elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, além das empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

CAPÍTULO III – DA PROPOSTA

3.1 - A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 – O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **para cada veículo, o valor unitário e total do prêmio e o valor global da proposta**, já considerados todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital; **inclusive o custo para emissão da apólice, se houver** (conforme Anexo 2 – Descrição dos Veículos).

3.2.1 – O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:



SENADO FEDERAL

a) para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

b) quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

3.3 – A licitante deverá ainda especificar, nos campos apropriados do sistema eletrônico, o fabricante, a marca e demais referências que identifiquem o produto cotado.

3.4 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, deverão ser prestados todos os demais esclarecimentos necessários ao perfeito detalhamento do objeto.

3.5 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.6 – Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação ou que desatendam as exigências deste edital.

3.7 - A licitante que se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

3.8 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.9 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.9.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

3.9.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.10 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.10.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.



SENADO FEDERAL

3.11 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no site www.comprasnet.gov.br.

4.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no site www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO V – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

5.2 - Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 - Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.



SENADO FEDERAL

6.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6 - Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexeqüível.

6.7 - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS

7.1 - Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.1 - Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa a mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global**.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 - O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número **(61) 3303-1068**, ou para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**, cujo prazo máximo para atendimento será de **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação.

10.1.1 – A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 05, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa.

10.1.2 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Unidade de Apoio II, CEP 70.165-900, Brasília-DF**.

10.1.3 – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

10.2.1 - O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

10.2.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.2.3 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XI - DA HABILITAÇÃO

11.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, do **Nível I ao Nível IV** do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação complementar especificada neste edital.

11.2 – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, do **Nível I ao Nível IV**, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

11.3 - Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

11.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, serviço compatível com o objeto licitado;

b) Certidão válida, emitida pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), comprovando que a licitante está regularmente autorizada a operar no ramo de seguros;

c) Declaração da licitante de que as apólices de seguro propostas estão em conformidade com a Circular SUSEP nº 269/2004.

11.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

11.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

a. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

11.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:



SENADO FEDERAL

a.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993; e

a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).

11.4 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número **(61) 3303-1068**, ou para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br** no prazo de **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação do Pregoeiro.

11.4.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Unidade de Apoio II, CEP 70.165-900, Brasília-DF**.

11.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

11.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

11.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.7 – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo pregoeiro.

11.8 – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.8.1 - havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por



SENADO FEDERAL

igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.8.2 - a não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.9 - O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.9.1 - Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Se a proposta não for aceitável, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIII – DO RECURSO

13.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de **20 (vinte) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.1.1 – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

13.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.1.4 – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.



SENADO FEDERAL

13.2 - Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

13.3 – Admitido o recurso, caso o pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

13.4 - Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

14.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

14.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado **globalmente** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1 – O não comparecimento da licitante no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

15.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVI – DAS PENALIDADES

16.1 – A licitante, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 16.1, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.



SENADO FEDERAL

16.2 - As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 15.1.1, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 16.1.

16.3 - Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, fraudar o processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

16.3.1 – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude fiscal, ficará a contratada ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre:

- a) o valor total do ajuste, se contratada; e
- b) o valor total de sua proposta, se licitante.

16.4 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

17.2 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

17.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

17.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

18.2 - Integram este edital os seguintes anexos:

- **Anexo 01** – Termo de Referência;
- **Anexo 02** – Descrição dos veículos com valores máximos de franquia;
- **Anexo 03** – Componentes obrigatórios das coberturas básicas;
- **Anexo 04** – Minuta de contrato; e
- **Anexo 05** – Modelo de Apresentação de Proposta.

18.3 - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.

18.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

18.6 - As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

18.7 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XIX – DO FORO

19.1 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 09 de julho de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2012

ANEXO 1

(Processo nº 008.232/12-1)

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	Contratação de empresa especializada para a prestação de seguro, pelo prazo de 12 (doze) meses consecutivos, com cobertura abrangente e assistência 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade “Valor de Mercado Referenciado”, para 04 (quatro) veículos que compõem a frota do Senado. CATSER: 22764
QUANTIDADE	Conforme Anexo 2 deste edital.
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 2 deste edital.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor total por item: Item 1 – R\$ 3.434,30 Item 2 – R\$ 3.419,89 Item 3 – R\$ 5.138,45 Item 4 – R\$ 5.138,45 Valor total: R\$ 17.131,07
JUSTIFICATIVA	A necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de seguro automotivo é justificada pelas vantagens que representa para o Senado, na forma exposta a seguir: Recuperação imediata de veículos danificados por ocorrência de sinistro, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos mesmos. Redução do número de comissões de inquérito para apuração de fatos relativos a acidentes de trânsito, devido às facilidades que a existência de seguro representa, nas soluções de questões que envolvam responsabilidades e ressarcimento de danos. Responsabilidade Civil: coberturas em caso de danos materiais ou pessoais causados a terceiros. Nos casos de acidentes de trânsito em que a culpa é de um motorista do Senado Federal, as despesas a serem pagas pelo responsável ficam limitadas aos valores de franquia do seguro, tanto para reparos de veículos do Senado, como de terceiros. Serviço de guincho em caso de pane nos veículos (<i>dispensa</i>



SENADO FEDERAL

	<i>a necessidade de contratação específica para esta finalidade</i>). Maior tranquilidade para os motoristas, por saberem que estão utilizando um veículo segurado. Ausência de prejuízo para o Senado Federal, em caso de roubo de algum veículo, incêndio ou colisão. Contratação abaixo do valor de mercado, em decorrência da quantidade de veículos a ser segurada em uma única contratação.
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Global.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 000040 Natureza de Despesa: 33.90.39
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Vigência de 12 (doze) meses consecutivos, podendo ser prorrogado nos termos da lei.
LOCAL DE ENTREGA	Coordenação de Transportes – COTRAN, da Secretaria de Serviços Gerais do SENADO.
UNIDADE FISCALIZADORA	Conforme Cláusula Nona da Minuta de Contrato (Anexo 3).

Brasília, 09 de julho de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2012

ANEXO 2

(Processo nº 008.232/12-1)

DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS – COM VALORES MÁXIMOS DE FRANQUIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	Valor unitário (máximo) Franquia Obrigatória (R\$)
01	<p>VEÍCULO: GM ÔMEGA 2003 Quantidade: 01 (um)</p> <p>Especificação:</p> <p>GM ÔMEGA CD 3.8, Importado, tipo sedan, placa JFP 4905, chassi nº6G1YX54C83L967230, ano de fabricação 2003, modelo 2003, 4 (quatro) portas laterais, cor preta, capacidade para 5 (cinco) passageiros incluindo o motorista, à gasolina, motor 3.6, transmissão automática, direção hidráulica, ar condicionado integrado com controle de temperatura, desembaçador elétrico, sistema de alarme antifurto com trava e controle remoto, vidros elétricos, freios a disco nas quatro rodas com sistema antibloqueante (ABS), barras de proteção contra impactos laterais no interior das portas, bancos dianteiros em couro com apoio para cabeça, regulagem de altura e lombar, banco traseiro em couro com apoio de cabeça e descansa-braço central, coluna de direção regulável, bolsas de ar infláveis (air bags) frontais e laterais, rádio AM/FM estéreo com CD player, rodas em liga leve, tração traseira, sistema de ignição eletrônica, trava elétrica dos espelhos retrovisores externos, luz auxiliar de freios e demais itens não mencionados nesta. Todos os equipamentos de séries são originais de fábrica. O veículo oferece, também, todos os itens de segurança exigidos por lei.</p>	3.023,46



SENADO FEDERAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	Valor unitário (máximo) Franquia Obrigatória (R\$)
02	<p>VEÍCULO: GM ÔMEGA 2005 Quantidade: 01 (um)</p> <p>Especificação:</p> <p>GM ÔMEGA CD 3.8, Importado, tipo sedan, placa JKH 3311, chassi n° 6G1ZX54705L477116, ano de fabricação 2005, modelo 2005, 4 (quatro) portas laterais, cor preta, capacidade para 5 (cinco) passageiros incluindo o motorista, à gasolina, motor 3.6, transmissão automática, direção hidráulica, ar condicionado integrado com controle de temperatura, desembaçador elétrico, sistema de alarme antifurto com trava e controle remoto, vidros elétricos, freios a disco nas quatro rodas com sistema antibloqueante (ABS), barras de proteção contra impactos laterais no interior das portas, bancos dianteiros em couro com apoio para cabeça, regulagem de altura e lombar, banco traseiro em couro com apoio de cabeça e descansa-braço central, coluna de direção regulável, bolsas de ar infláveis (air bags) frontais e laterais, rádio AM/FM estéreo com CD player, rodas em liga leve, tração traseira, sistema de ignição eletrônica, trava elétrica dos espelhos retrovisores externos, luz auxiliar de freios e demais itens não mencionados nesta. Todos os equipamentos de séries são originais de fábrica. O veículo oferece, também, todos os itens de segurança exigidos por lei.</p>	3.097,43



SENADO FEDERAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	Valor unitário (máximo) Franquia Obrigatória (R\$)
03	<p>VEÍCULO: FIAT DUCATO MAXICARGO 2.3 ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA - RONTANAMB Quantidade: 01 (UM)</p> <p>Especificação:</p> <p>Veículo tipo furgão cor branca, fabricação 2011, modelo 2012 diesel turbo intercooler com 127 cv, 2300 cilindradas, freios com sistema ABS (sistema anti-bloqueio), suspensão dianteira independente, com barra estabilizadora e suspensão traseira equipada com conjuntos compatíveis de molas, transmissão com 5 marchas e marcha ré, carroceria em aço e original de fábrica, longo, de teto alto, zero km, adaptado para ambulância TIPO “D”, devidamente sinalizada, com sinalizador acústico-visual fixo e equipado com todos os itens contidos na Portaria 2048/GM do Ministério da Saúde, regulamentada de acordo com a norma da ABNT – NBR 14561/2000, de julho de 2000, e demais itens não mencionados. O veículo oferece, também, todos os itens de segurança exigidos por lei.</p>	6.485,34
04	<p>VEÍCULO: FIAT DUCATO MAXICARGO 2.3 ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA - RONTANAMB Quantidade: 01 (UM)</p> <p>Especificação:</p> <p>Veículo tipo furgão cor branca, fabricação 2011, modelo 2012 diesel turbo intercooler com 127 cv, 2300 cilindradas, freios com sistema ABS (sistema anti-bloqueio), suspensão dianteira independente, com barra estabilizadora e suspensão traseira equipada com conjuntos compatíveis de molas, transmissão com 5 marchas e marcha ré, carroceria em aço e original de fábrica, longo, de teto alto, zero km, adaptado para ambulância TIPO “D”, devidamente sinalizada, com sinalizador acústico-visual fixo e equipado com todos os itens contidos na Portaria 2048/GM do Ministério da Saúde, regulamentada de acordo com a norma da ABNT – NBR 14561/2000, de julho de 2000, e demais itens não mencionados. O veículo oferece, também, todos os itens de segurança exigidos por lei.</p>	6.485,34



SENADO FEDERAL

RELAÇÃO DE VEÍCULOS:

Item nº	Marca	Modelo	Placa	Chassi	Ano Fabricação
01	GM	ÔMEGA	JFP 4905	6G1YX54C83L967230	2003
02	GM	ÔMEGA	JKH 3311	6G1ZX54705L477116	2005
03	FIAT	DUCATO MAXICARGO 2.3	JIL 6671	93W245G34C2089254	2011
04	FIAT	DUCATO MAXICARGO 2.3	JIL 6661	93W245G34C2089219	2011

Observação:

FRANQUIA

Franquia tipo NORMAL para toda frota.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2012

ANEXO 3

(Processo nº 008.232/12-1)

COMPONENTES OBRIGATÓRIOS DAS COBERTURAS BÁSICAS

1 – COBERTURAS BÁSICAS

Nº	ITEM
01	Contratação pela modalidade de Valor de Mercado Referenciado – 110% da tabela FIPE
02	Compreensivo de automóveis (cobertura contra: colisão, incêndio e roubo)
03	Seguro de Acidentes Pessoais de Passageiros (APP), no valor mínimo de: Para morte: R\$ 5.000,00 (por passageiro) Para invalidez: R\$ 5.000,00 (por passageiro) <i>Obs: APP corresponde à indenização por acidentes pessoais ocorridos aos passageiros quando transportados pelo veículo segurado.</i>
04	Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V), com os seguintes valores mínimos: Danos Materiais R\$ 40.000,00 Danos Corporais R\$ 40.000,00 <i>Obs: Este seguro visa reembolsar ao segurado a indenização à qual esteja obrigado, judicial ou extrajudicialmente, a pagar consequente de danos corporais e/ou materiais involuntários causados a terceiros.</i>



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2012

ANEXO 4

(Processo nº 008.232/12-1)

MINUTA DE CONTRATO

Que entre si celebram, de um lado, o SENADO FEDERAL e, do outro, _____, objetivando a **prestação de seguro, pelo prazo de 12 (doze) meses consecutivos, com cobertura compreensiva e assistência 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade “Valor de Mercado Referenciado”, para 04 (quatro) veículos que compõe a frota do Senado.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) _____ e (____) ____-____, telefone nº (____) _____ e _____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela __, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 117/2012, homologado pela Senhora Diretora-Geral _____, às fls. ____ do Processo nº 008.232/12-1, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a prestação de seguro, pelo prazo de 12 (doze) meses consecutivos, com cobertura abrangente e assistência 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade “Valor de Mercado Referenciado”, para 04 (quatro) veículos que compõem a frota do Senado**, conforme relação no Anexo 2 do Edital, disposições deste contrato e proposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As apólices de seguro deverão contemplar:

I - cláusulas acessórias para cobertura de:

- a. Socorro mecânico no local; e
- b. Serviço de guincho em caso de pane elétrica ou mecânica;

II - as seguintes coberturas básicas:

- a. Danos parciais ao veículo segurado;
- b. Perda total por danos ao veículo segurado;
- c. Roubo, furto e incêndio total do veículo segurado, incluindo equipamentos;
- d. Reposição de vidros do veículo segurado;
- e. Danos materiais ou pessoais causados a terceiros, mesmo que passageiro do veículo segurado (responsabilidade civil); e
- f. Danos pessoais a quaisquer passageiros do veículo segurado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As coberturas básicas descritas no inciso II do parágrafo anterior abrangem:

I - acidentes de trânsito, tais como colisão, capotagem ou queda acidental;

II - acidente durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado;

III - atos danosos praticados por terceiros;

IV - inundação, alagamento, ressaca, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;



SENADO FEDERAL

V - roubo ou furto, parcial ou total, do veículo segurado ou sua tentativa;

VI - incêndio ou explosão acidental que danifique total ou parcialmente o veículo segurado;

VII - danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;

VIII - responsabilidade civil determinada por sentença judicial transitada em julgado, ou em acordo autorizado de modo expresse pela seguradora, por danos involuntários, pessoais e/ou materiais, causados a terceiros pelo veículo segurado, pela carga transportada ou por veículo rebocado;

IX - despesas decorrentes de socorro e salvamento; e

X - acidentes pessoais de passageiros do veículo segurado, incluindo o motorista, ocorrendo morte ou invalidez permanente, total ou parcial.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não serão cobertos pelas apólices de seguro os prejuízos decorrentes de:

I - atos de hostilidade ou de guerra, revolução, rebelião, insurreição ou confisco;

II - trânsito por estradas ou caminhos impedidos, não abertos ao tráfego ou de areias fofas ou movediças;

III - desgaste, depreciação, falhas defeitos mecânicos ou da instalação elétrica;

IV - lucros cessantes e danos emergentes, exceto no caso da garantia básica referente à responsabilidade civil;

V - contaminação radioativa;

VI - participação do veículo segurado em competições, apostas e provas de velocidade;

VII - reboque por veículo inapropriado;

VIII - danos causados ao veículo segurado pela carga transportada;

IX - danos causados ao veículo segurado por qualquer uma das partes ou elementos nele fixados; não se entende como parte do veículo o reboque ou rebocador;

X - acidentes diretamente ocasionados pela inobservância a disposições legais, incluindo a lotação de passageiros, dimensão, peso e acondicionamento da carga transportada;



SENADO FEDERAL

XI - multas e fianças impostas ao segurado e despesas de qualquer natureza oriundas de ações ou processos criminais;

XII - danos sofridos por pessoas transportadas em locais não especificamente destinados e apropriados a tal fim;

XIII - danos resultantes de prestação de serviços especializados de natureza técnico-profissional a que se destina o veículo e não relacionados com sua locomoção;

XIV - danos conseqüentes de convulsões da natureza, salvo os expressos no parágrafo segundo;

XV - danos causados por poluição ou contaminação ao meio-ambiente e danos decorrentes de operações de carga ou descarga;

XVI - danos ocorridos fora do território nacional; e

XVII - danos pessoais causados por terceiros conduzidos por motocicletas seguradas.

PARÁGRAFO QUARTO - O valor máximo da indenização devida pela CONTRATADA, em caso de sinistro, fica limitado a 110% (cento e dez por cento) da tabela “Preço Médio de Mercado de Veículo”, editada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, ou outra tabela substituta, publicada de acordo com a Circular SUSEP nº 269/04, sendo as seguintes, as limitações das demais coberturas deste contrato:

I. Acidentes Pessoais de Passageiros (APP)*, no valor de:

- a.** para morte: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- b.** para invalidez: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

* APP corresponde à indenização por acidentes pessoais ocorridos aos passageiros quando transportados por veículo segurado.

II. Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V)*

- a.** danos materiais: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- b.** danos corporais: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

* Este seguro visa reembolsar ao segurado a indenização à qual esteja obrigado, judicial ou extrajudicialmente, a pagar conseqüente de danos corporais e/ ou materiais involuntários causados a terceiros.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - O valor da franquia obrigatória fica limitado aos valores definidos no Anexo 2 do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA providenciará todas as licenças, taxas e despesas necessárias à execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em nenhuma hipótese poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA entregará a Apólice Coletiva de Seguro, em conformidade com a Circular SUSEP nº 269/2004, constando os dados de todos os veículos segurados, devidamente quitada, **no prazo de até 10 (dez) dias**, a contar do recebimento da nota de empenho, juntamente o manual do segurado, ou documento similar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constatadas quaisquer irregularidades nas apólices de seguro, o gestor deverá notificá-las à CONTRATADA no prazo de até 15 (quinze) dias a partir do recebimento das apólices.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação de que trata o parágrafo anterior, o endosso das apólices para saneamento das irregularidades apontadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de sinistro, a CONTRATADA deverá autorizar a execução dos serviços em até 2 (dois) dias úteis contados a partir da comunicação oficial feita pelo gestor deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Os serviços mencionados no item acima deverão ser executados em concessionária autorizada pelo fabricante do veículo e com reposição, caso seja necessário, de peças originais.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de ocorrência de danos parciais de valor superior ao valor franqueado, a CONTRATADA autorizará a reparação das avarias no prazo de até 2 (dois) dias após a vistoria do veículo e responsabilizar-se-á pelo pagamento do valor excedente à franquia.

PARÁGRAFO SEXTO - Após a execução de reparos em veículo segurado, a CONTRATADA efetuará o pagamento dos serviços realizados diretamente à oficina, com exceção do valor correspondente à franquia, de responsabilidade do SENADO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de perda total de veículo segurado, o SENADO apresentará todos os documentos que comprovem os direitos de propriedade sobre o veículo, livre e desembaraçado de qualquer ônus, e os de baixa de prontuário no DETRAN.

PARÁGRAFO OITAVO - Em caso de roubo ou furto total, o SENADO se obriga a fornecer a certidão de não-localização do veículo segurado.

PARÁGRAFO NONO - No caso de perda total, roubo ou furto total de veículo segurado, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento da indenização correspondente no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento dos documentos a que se referem os parágrafos sétimo e oitavo desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Consideram-se salvados o veículo sinistrado, na perda total, ou suas peças e partes substituídas, na perda parcial.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O SENADO obriga-se a não abandonar os salvados na ocorrência de sinistro do veículo segurado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - No caso de indenização por perda total, ou da substituição de peças, ou de parte do veículo, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Efetuado o pagamento de indenização, cujo recibo valerá como instrumento de cessão, a CONTRATADA ficará sub-rogada, até o



SENADO FEDERAL

limite da indenização paga, em todos os direitos e ações do SENADO contra aqueles que, por ato, fato ou omissão, tenham causado os prejuízos indenizados pela CONTRATADA, ou para eles concorrido, obrigando-se o SENADO a facilitar os meios e fornecer os documentos necessários ao exercício desta sub-rogação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Ocorrendo conflito entre as disposições contidas na apólice e neste contrato, prevalecerá o disposto neste instrumento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os seguros contratados entrarão em vigor a partir da 24ª hora do dia em que assinado o presente instrumento, surtindo todos os efeitos legais e necessários à cobertura dos respectivos veículos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A CONTRATADA, sempre que solicitada pelo gestor deste contrato, deverá fornecer ao Senado Federal relação atualizada com a Classe de Bônus de todos os veículos segurados, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA de fls. _____, não sendo permitida em nenhuma hipótese o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	Valor unitário (máximo) Franquia Obrigatória (R\$)	V. UNIT. DO PREMIO (R\$)	V. TOTAL DO PREMIO (R\$)
(...)			

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 9 (nove) dias úteis, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento da apólice e da nota fiscal em 2 (duas) vias, com a discriminação do serviço, acompanhada da nota de empenho, ficando condicionado à prévia atestação do gestor, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá à contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de suspensão do pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo terceiro e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro indicador que venha substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É vedada a aplicação retroativa dos reajustes acordados.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 000040 e Natureza de Despesa 339039, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº _____, de _____ de _____ de 2012.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

- I** - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II** - seguro-garantia; ou
- III** - fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Gestor do contrato, em até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 dias, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa;

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados por prazo de até 2 (dois) anos;

IV. impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e

V. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:



SENADO FEDERAL

- I. apresentar documentação falsa;
- II. fraudar na execução do contrato;
- III. comportar-se de modo inidôneo;
- IV. fazer declaração falsa;
- V. cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUARTO – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula oitava sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUINTO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos terceiro e quarto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO SEXTO - Findo o prazo limite previsto no parágrafo terceiro, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO OITAVO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula oitava deste contrato.

PARÁGRAFO NONO - O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato poderá ser:

- I.** determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;
- II.** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou
- III.** judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá duração de 12 (doze) meses a contar da 24ª (vigésima quarta) hora da data de assinatura deste instrumento, devendo constar expressamente na apólice o prazo de vigência, podendo ser prorrogado por um limite máximo de 60 meses, na forma da Lei, com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2012

DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:

DIRETOR

DIRETOR



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2012

ANEXO 05

(Processo nº 008.232/12-1)

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____					
Data de abertura:					
Nome da empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
CEP:					
Telefone: (DDD)					
Fax: (DDD)					
e-mail:					
Nome (do representante legal da empresa que assinará o contrato)					
CPF: (do representante legal da empresa que assinará o contrato)					
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que assinará o contrato)					
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$



SENADO FEDERAL

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total global, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.